



CONCURSO PÚBLICO SEJUS - 2024



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA – TIPO C

CARGO: **POLICIAL PENAL**

DATA: 28/04/2024 – HORÁRIO: 8h30 às 13h30 (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

01. Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - a) Este caderno (**TIPO C**) com 60 questões objetivas, sem falha ou repetição.
 - b) O caderno da Prova Dissertativa; e
 - c) Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova. *Verifique se o tipo de caderno (TIPO C) é o mesmo que consta no seu Cartão-Resposta.*

OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e, em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
02. Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
03. Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor preta.
04. Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
05. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
06. Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e, em hipótese alguma, poderá ser substituído.
07. Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); assinale apenas uma alternativa para cada questão, pois somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
08. As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
10. Reserve os 30(trinta) minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
11. Quando terminar sua Prova, antes de sair da sala, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura.
12. O tempo de duração para esta prova é de **5h (cinco horas)**.
13. Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de **4h (quatro horas)** do início desta.
14. O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do Cartão-Resposta, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

RASCUNHO

01		31	
02		32	
03		33	
04		34	
05		35	
06		36	
07		37	
08		38	
09		39	
10		40	
11		41	
12		42	
13		43	
14		44	
15		45	
16		46	
17		47	
18		48	
19		49	
20		50	
21		51	
22		52	
23		53	
24		54	
25		55	
26		56	
27		57	
28		58	
29		59	
30		60	

CONCURSO PÚBLICO – SEJUS / 2024 – POLICIAL PENAL – PROVA TIPO C
 NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
 FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.



CONCURSO PÚBLICO SEJUS - 2024



Nº DE INSCRIÇÃO						



CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões 01 e 02.

Utilização do termo meirinho no âmbito do TJDFT

Não compete à Corregedoria do TJDFT determinar a linguagem utilizada por servidores e magistrados. Ademais, a nomenclatura Meirinho não ostenta conotação negativa ou pejorativa que justifique a sua extirpação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO - RECURSO - OFICIAIS DE JUSTIÇA - UTILIZAÇÃO DO VOCÁBULO "MEIRINHO" - CARÁTER PEJORATIVO - NÃO OCORRÊNCIA. 1. A utilização do vocábulo "meirinho" em referência aos Oficiais de Justiça, por si só, não possui conotação pejorativa, depreciativa nem desqualificadora da função exercida pelos nobres servidores, cujas atribuições ocupam, de acordo com o espírito da norma contido no artigo 149 do Código de Processo Civil, o elevado patamar de "Auxiliares da Justiça", nomenclatura técnica a cujo uso deve ser dada preferência em detrimento de outros termos similares, como ocorre em relação à grande totalidade dos vocábulos inerentes à ciência do Direito.

Todavia, entender que a utilização do substantivo "meirinho" deve ser expurgada no âmbito deste Tribunal de Justiça é questão que perpassa pela ingerência indevida na forma de expressão dos magistrados e demais servidores da Casa. 2. Quando não caracterizadas ofensas ou quaisquer outras formas de violação a direitos da personalidade, a evolução da linguagem constitui um fenômeno natural, advindo, com maior êxito, da propagação de informações adequadas e eficazes do que de recomendações desamparadas juridicamente. 3. Recurso não provido.

Acórdão 1286038, 07265450220208070000, Relatora: LEILA ARLANCH, Conselho Especial Administrativo, data de julgamento: 22/9/2020, publicado no DJe: 5/10/2020.

Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/jurisprudencia-administrativa-interna/outros-assuntos-1/utilizacao-do-termo-meirinho-no-ambito-do-tjdft>. Data de acesso em: 25/03/2024.

01. Avalie as seguintes afirmações sobre o acórdão:

- I. No texto, verifica-se a função metalinguística, pelo fato de a relatora usar a língua para analisar um fato linguístico.
- II. A função expressiva está presente no texto, comprovada no fato de a relatora julgar o recurso com base em argumentos associados a sua vivência pessoal.
- III. A função conativa está presente no trecho – “‘Auxiliares da Justiça’, nomenclatura técnica a cujo uso deve ser dada preferência em detrimento de outros termos similares”, por incitar uma determinada atitude no interlocutor.
- IV. A função referencial está presente no texto, visto que o propósito da relatora é informar sobre a necessidade de utilização de vocabulário técnico no âmbito do poder judiciário.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações **CORRETAS** de acordo com o texto:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.



02. Qual a justificativa para a presença do nível formal da linguagem no texto?

- a) É o mais recorrente na esfera em que o texto é produzido e circula.
- b) Considera-se o único nível reconhecido como legítimo na área jurídica.
- c) Justifica-se em função de o tema ser relacionado a uma questão linguística.
- d) Imprime clareza e concisão ao texto jurídico, que exige expressões eruditas.
- e) Trata-se do melhor nível de linguagem para se argumentar e expor decisões em qualquer texto.

Texto para responder às questões **03** e **04**.

Novos indícios apontam que fuga inédita de presos em Mossoró teve ação planejada com antecedência

PF encontrou objetos metálicos nas celas dos fugitivos, usados para arrancar luminária e ampliar buraco por onde escaparam

A perícia da Polícia Federal (PF) concluída nesta sexta-feira na **Penitenciária Federal de Mossoró** (RN), onde **dois presos fugiram na madrugada de quarta**, indicou que eles contaram com mais do que uma “série de coincidências negativas”, como disse no dia seguinte o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Foram encontrados objetos metálicos nas celas de Deibson Cabral Nascimento e Rogério da Silva Mendonça, usados para arrancar uma luminária e ampliar o buraco por onde fugiram.

A posse dos artefatos é uma violação ao protocolo de segurança do presídio de segurança máxima. Lewandowski afastou a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga e nomeou um interventor, Carlos Luis Vieira Pires, que já dirigiu a penitenciária federal de Catanduvas (PR).

A avaliação da equipe que apura a fuga é que tanto a retirada da luminária quanto o buraco não tenham sido feitos de uma hora para outra, mas aos poucos, e ao longo de vários dias. A PF acredita que os presos usaram um lençol na ponta dos objetos para abafar o barulho com os preparativos para escapar.

[...]

Disponível em <https://exame.com/brasil/novos-indicios-apontam-que-fuga-inedita-de-presos-em-mossoro-teve-acao-planejada-com-antecedencia/>. Data de acesso em: 25/03/2024.

03. Quanto à estrutura sintática do texto, avalie as seguintes afirmativas:

- I. No primeiro período do primeiro parágrafo, a conjunção “como” estabelece relação de comparação entre os enunciados.
- II. No primeiro período do primeiro parágrafo, o pronome relativo “onde” poderia ser substituído pela locução “da qual”, sem comprometer o conteúdo expresso.
- III. No segundo parágrafo, a oração adjetiva contém uma explicação relacionada ao termo a que se refere, expressando uma justificativa.
- IV. No terceiro parágrafo, as três orações iniciadas por “que” têm a mesma função sintática.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações **CORRETAS** de acordo com o texto.

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.



04. “Lewandowski afastou a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga e nomeou um interventor, Carlos Luis Vieira Pires, que já dirigiu a penitenciária federal de Catanduvas (PR).”

Assinale o período em que a reestruturação mantém o mesmo sentido do período acima:

- a) Carlos Luis Vieira Pires, que já dirigiu a penitenciária federal de Catanduvas (PR), foi nomeado por Lewandowski como interventor, que afastou a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga.
- b) Por já ter dirigido a penitenciária federal de Catanduvas (PR), Lewandowski afastou a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga e nomeou um interventor, Carlos Luis Vieira Pires.
- c) Foi nomeado como interventor por Lewandowski Carlos Luis Vieira Pires, que já dirigiu a penitenciária federal de Catanduvas (PR), afastando-se a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga.
- d) No mesmo dia da fuga, Lewandowski afastou a direção da penitenciária e nomeou Carlos Luis Vieira Pires, que já dirigiu a penitenciária federal de Catanduvas (PR) como interventor.
- e) Tendo já dirigido a penitenciária federal de Catanduvas (PR), Carlos Luis Vieira Pires foi nomeado interventor por Lewandowski, que afastou a direção da penitenciária no mesmo dia da fuga.

Texto para responder às questões de **05** e **06**.

Era no tempo do rei

Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo – *O canto dos meirinhos* –; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração). Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei; esses eram gente temível e temida, respeitável e respeitada; formavam um dos extremos da formidável cadeia judiciária que envolvia todo o Rio de Janeiro no tempo em que a demanda era entre nós um elemento de vida: o extremo oposto eram os desembargadores. Ora, os extremos se tocam, e estes, tocando-se, fechavam o círculo dentro do qual se passavam os terríveis combates das citações, provarás, razões principais e finais, e todos esses trejeitos judiciais que se chamava *o processo*.

(ALMEIDA, Manuel A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. 25ª ed. São Paulo: Ática, 1996).

05. Nesse trecho do romance, a descrição centraliza-se no seguinte aspecto:

- a) a história da profissão dos meirinhos em suas sucessivas fases.
- b) o modo como os meirinhos desenvolviam suas atividades.
- c) o processo de degeneração da profissão dos meirinhos.
- d) as normas de conduta ética valorizadas pelos meirinhos.
- e) a situação dos meirinhos na sociedade.

06. Com os pares de adjetivos “temível e temida/respeitável e respeitada”, o narrador expressa que a classe dos meirinhos

- a) cultiva temor e respeito por si mesma e os torna obrigatórios aos outros.
- b) é naturalmente digna de temor e respeito, recebendo-os da sociedade.
- c) impõe temor e respeito, alcançando esse intento na sociedade.
- d) julga que a ela se devem temor e respeito e efetiva esse julgamento.
- e) aspira a ser alvo de temor e respeito e os solicita à sociedade.



CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

- 07.** O Piauí, estado do Nordeste brasileiro, está localizado aproximadamente entre “2°30’ e 11° de Latitude Sul e entre 40° e 46° de Longitude Oeste. Considerando haver predominância da cobertura de seus terrenos, contextualizada na Bacia Sedimentar do Parnaíba e que essa característica correlaciona-se com as formas do relevo existentes no estado, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) Os Baixos planaltos do Médio-Baixo Parnaíba apresentam características geológicas pré-cambrianas e ocupam 48,4% do total do estado e 69,2% da bacia sedimentar em área piauiense.
 - b) As planícies costeiras são feições geomorfológicas caracterizadas pelos depósitos sedimentares paleozoicos.
 - c) As Depressões Periféricas correspondem a um compartimento do relevo localizado ao norte do estado e tipicamente formado por terrenos sedimentares.
 - d) Os Chapadões do Alto-Médio Parnaíba compreendem o conjunto de extensos planaltos ao norte do Piauí com cotas altimétricas decrescentes de norte para sul do estado.
 - e) O Planalto Oriental da Bacia Sedimentar do Maranhão - Piauí está localizado no contato leste com o Ceará e apresenta uma área aproximada de 43.000km², em torno de 17,2 % da área total do Piauí e 20,6% da porção piauiense da Bacia Sedimentar.
- 08.** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs em 2017 uma Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Sobre a divisão do estado do Piauí, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) O Piauí está organizado em oito (08) Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina, Parnaíba, Piri-piri, Picos, São Raimundo Nonato, Corrente, Bom Jesus e Floriano.
 - b) O Piauí está organizado em seis (06) Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina, Parnaíba, Picos, São Raimundo Nonato, Corrente – Bom Jesus e Floriano.
 - c) O Piauí está organizado em quatro (04) grandes Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina – Parnaíba, Teresina – Floriano, Teresina – Picos e Teresina – Corrente.
 - d) O Piauí está organizado em três (03) grandes Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina, Parnaíba e Corrente.
 - e) O Piauí está organizado em duas (02) grandes Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina – Parnaíba e Teresina – Corrente.
- 09.** O Censo Demográfico do Brasil constitui-se como uma das mais importantes fontes de dados a respeito das condições de vida da população. De acordo com os resultados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e especificamente sobre a densidade demográfica do estado do Piauí, está **CORRETA** a alternativa:
- a) A densidade demográfica do estado aumentou de 14,10 hab/km² no Censo de 2010 para 20,18 hab/km² no Censo 2022 o que permite afirmar que a população rural em relação à população urbana foi estabilizada no período considerado.
 - b) A densidade demográfica de 38,90 hab/km², registrada no Censo de 2022, corresponde a uma das mais elevadas dos estados brasileiros, ficando abaixo apenas do estado do Paraná que registrou 39,5 hab/km².
 - c) A densidade demográfica de 20,55 hab/km² está equiparada à do vizinho estado do Maranhão que registrou no referido censo 19,50 hab/km², isso porque a concentração de terras e o êxodo rural ainda são realidades características dos dois estados.
 - d) A densidade demográfica de 12,99 hab/km² é a menor dos estados da Região Nordeste o que possibilita a reflexão sobre a dispersão espacial da população rural e a concentração nas maiores cidades do estado, tal como em Teresina que foi registrada 622,66 hab/km²
 - e) A densidade demográfica do estado subiu no Censo 2022 para 57,89 hab/km² em consequência da concentração populacional nas cidades, especialmente em Teresina, capital do estado.



10. A Desertificação no Piauí, representada pelo Núcleo de Desertificação de Gilbués, está localizada na porção sudoeste do estado e abrange uma área aproximada de um pouco mais que 5.900km², compreendendo os municípios de Gilbués e Monte Alegre do Piauí. Sobre esse núcleo de desertificação, leia atentamente as afirmativas I, II, III e IV, a seguir assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O processo de desertificação em Gilbués-PI e municípios adjacentes deve-se às fragilidades do solo da região e às suas condições climáticas, o que exclui os efeitos adversos do aquecimento global e das mudanças climáticas.
- II. Apresenta características de solo, vegetação e clima bastante similares aos outros núcleos de desertificação existentes no Nordeste brasileiro, tais como o de Seridó, Cabrobó e o de Irauçuba.
- III. O quadro de desertificação na região é agravado pela acentuada morfogênese natural da área em associação às intensas pressões antrópicas.
- IV. As práticas predatórias de extração de diamantes em Gilbués entre os anos de 1950 e 1970, apesar de economicamente importantes, contribuíram para o processo de desertificação do núcleo.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

11. A indústria extrativa mineral é um segmento econômico muito importante para a economia global. Sobre esta atividade no estado do Piauí, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A ametista é uma variedade de quartzo com utilização nas indústrias de lapidação, joalheria e artesanato, seu principal depósito se encontra no município de Batalha-PI.
- b) O principal perfil da mineração no estado tem sido o de exploração econômica dos materiais metálicos, tais como o níquel com aplicação para a fabricação do aço.
- c) O titânio possui sua maior concentração ao norte do estado onde são reconhecidos mais de quarenta (40) garimpos distribuídos nos municípios de Parnaíba, Bom Princípio do Piauí e Buriti dos Lopes.
- d) Os jazimentos minerais para aplicação na construção civil, fabricação de cimento, fertilizantes e cerâmica são escassos no Piauí, ocorrem em baixa escala e somente no sul do estado.
- e) As principais pedreiras de granito e diabásio existentes no estado estão localizadas nos municípios de Gilbués e Bom Jesus e alimentam a economia dos municípios do sul do estado.

12. Sobre os aspectos geoambientais da Bacia do rio Poti, está **CORRETO** afirmar que:

- a) O rio Poti é classificado como um rio estadual, porque dos seus 550km de extensão apenas 20km ocorrem no estado do Ceará.
- b) A bacia está totalmente estruturada em terrenos do Escudo Cristalino datado do Pré-Cambriano.
- c) A sua localização possibilita a existência de características de transição do clima semiárido a leste para tropical a oeste com o aumento da umidade.
- d) Devido à marcante característica de semiaridez da Bacia e de sua transição de biomas, é caracterizada por uma pequena e fraca biodiversidade natural.
- e) Os terraços fluviais do rio Poti apresentam-se com maior expressão bem próximos à sua nascente devido à predominância da estrutura sedimentar no alto curso.



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

13. No que se refere à gestão da mudança nas organizações, analise o seguinte trecho: “As mudanças acontecem – de forma constante e imprevisível. Qualquer que seja a vantagem competitiva da empresa, ela depende das circunstâncias específicas em determinado momento, mas as circunstâncias mudam. O ambiente econômico oscila; surgem competidores de todas as partes; mercados aparecem e desaparecem. O desafio das organizações não consiste apenas em produzir itens novos e inovadores – o desafio é equilibrar uma cultura que seja inovadora e que permita criar um negócio sustentável. E, para o indivíduo, a capacidade de lidar com a mudança está relacionada ao seu desempenho no trabalho e às recompensas que ele recebe”.

(Bateman, Thomas S.; Snell, Scott A. Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo. 7. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007).

O trecho acima aborda o processo de mudança que impacta as organizações. Qual das alternativas abaixo representa uma afirmação **CORRETA** sobre a Gestão da Mudança nas organizações?

- a) Atualmente, o processo de mudanças ocorre por meio de *startups*, uma metodologia de criação de empresas projetadas para gerar negócios escaláveis e, portanto, não aplicáveis ao setor público.
- b) As organizações públicas são afetadas principalmente por questões políticas e sociais, o que normalmente gera resistência à mudança, enquanto na organização privada a mudança é melhor assimilada pelo desejo da gestão e dos funcionários em obterem mais benefícios.
- c) Todo processo de mudança organizacional está sujeita à resistência, que pode vir de diferentes atores e por diferentes motivações. Nem sempre essa resistência é prejudicial para a organização, pois estes indivíduos podem conhecer aspectos da realidade da organização melhor do que aqueles que formularam os planos de mudança.
- d) Um modelo geral para promover a mudança na organização envolve três estágios – descongelamento, movimentação e recongelamento –, em que no primeiro estágio ocorre a proposta de implementação da mudança e na movimentação ocorre a consolidação dos novos comportamentos que sustentam a mudança. Por fim, o recongelamento refere-se à institucionalização do plano aprovado pela alta direção.
- e) Para que uma cultura de inovação e mudança se estabeleça é necessária uma liderança forte e visionária, que centralize as decisões para garantir que a visão estratégica da organização não se perca.

14. A gestão por competências é um modelo gerencial que se desenvolveu nos anos recentes juntamente com os modelos pós-burocráticos de gestão. Atualmente, “O conceito de competência pode ser entendido como sendo o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) necessários ao desempenho das funções que as pessoas exercem, visando ao alcance dos objetivos da instituição. Essa definição foi proposta primeiramente por McClelland, em 1973, posteriormente por Fleury e Fleury, em 2001, e procura incorporar aspectos cognitivos, técnicos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho.

(DURAND, 1998).” (ENAP. Gestão por competências: módulo 02: conceitos, definições e tipologias de competências. Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6493/2/M%C3%B3dulo%20%20-%20Conceitos%2C%20defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20tipologias%20de%20compet%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em: 20/03/2024).

Para reflexão sobre a questão, leia as afirmativas a seguir.

- I. A gestão por competências é uma política de estímulo basicamente focada no engajamento do funcionário no ambiente de trabalho, visando a sua satisfação pessoal e não se relacionando com políticas de resultado.
- II. Metodologia aplicada para melhorar a gestão de pessoas, utilizada na iniciativa privada e em diversas instituições públicas, busca alinhar os objetivos das instituições às necessidades de desempenho das equipes, fornecendo indicadores para o desenvolvimento dos servidores, melhor lotação e promoção.



- III. A gestão por competências abrange diferentes níveis da organização, envolvendo aspectos individual, gerencial, grupal e organizacional. No nível organizacional deve estar alinhada com a estratégia de negócio e as competências essenciais da organização, fornecendo os elementos para sustentar a vantagem competitiva.
- IV. Aplica-se a melhoria da gestão de pessoas na organização, podendo auxiliar no alinhamento das ações de trabalho com os objetivos da organização e com o desenvolvimento funcional do servidor.

Considerando o que melhor retrata o uso da gestão por competência, escolha a alternativa **CORRETA**.

- a) I, II e III.
b) II, III e IV.
c) I, III e IV.
d) I, II e IV.
e) I, II, III e IV.

15. Observe o seguinte trecho retirado da Lei 8.253, de 20 de dezembro de 2023:

“O Plano Plurianual 2024-2027 é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que orienta as ações de governo, tendo em vista os objetivos e desafios estratégicos estabelecidos pelo estado para os próximos 4 (quatro) anos, na forma de programas, objetivos, diretrizes, ações orçamentárias, produtos e metas físicas e financeiras territorializadas para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública”. (Piauí, Lei 8.253, 2023)

O trecho acima refere-se ao Plano Plurianual do estado do Piauí para o atual quadriênio. A partir de suas características, analise as afirmações a seguir e escolha a alternativa **CORRETA**.

- a) O Plano Plurianual define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, elaborando o planejamento de ações de longo prazo a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- b) O Plano Plurianual caracteriza-se por ser um instrumento do planejamento estratégico de médio prazo, iniciando-se no segundo ano de governo e concluindo-se ao final do mandato do gestor.
- c) O Plano Plurianual define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- d) O Plano Plurianual é uma iniciativa do poder legislativo que visa orientar a elaboração do orçamento público enviado por mensagem do poder executivo. Deve ser aprovado e encaminhado para sanção até quatro meses antes do encerramento do primeiro ano do mandato governamental.
- e) O Plano Plurianual engloba as despesas referentes às ações de governo e às despesas referentes a serviços de amortização e encargos da dívida pública, em que qualquer despesa, mesmo que realizada dentro do exercício financeiro, deverá ser prevista no Plano Plurianual.



16. Acerca do *Balanced Scorecard*, analise o trecho abaixo:

“O BSC é um sistema de gestão estratégica que traduz a visão de futuro e a estratégia da organização em um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas. Esses elementos são interligados por uma lógica de causa e efeito e distribuídos em um conjunto equilibrado de quatro diferentes perspectivas: financeira, clientes, processos internos e aprendizagem e crescimento”. (Murilo Baihe, *Balance Scorecard e a gestão pública*, Gestão em Pauta, 2016).

Disponível em https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/6/0/c/60c0b7ef6667e7ca4ffb679ed0959e6acbf9a2007606bd8798f4aa2feabd2766/101b0b92-e8d5-4e26-a480-3050766c6390-E03_Balanced_Socrecard.pdf. Acesso em: 20/03/2024

Além de sua aplicação original no setor privado, o modelo do *Balanced Scorecard* (BSC) foi adaptado para uso no planejamento do setor público. Considerando as características, assinale a alternativa que contém a afirmação **CORRETA**.

- a) A aplicação do BSC no setor público ocorre de acordo com as mesmas diretrizes e passos de sua aplicação com o setor privado, pois foi desenvolvido para transpor a lógica da eficiência do setor privado para o setor público.
- b) A aplicação do BSC no setor público diferencia-se da proposta ao setor privado pela questão financeira e foco eminentemente interno, baseado na execução orçamentária, com as demais perspectivas, mantendo-se inalteradas em termos de significado e posição e a ordem de aplicação.
- c) Embora seja propalado o uso do BSC, quando se trata do setor público, tornam-se ferramentas totalmente distintas, pois o modelo original foi desenvolvido para o setor privado e sua visão direcionada a clientes não pode ser transposta para o cidadão.
- d) É uma ferramenta utilizada para definir métricas de acompanhamento da execução das rotinas organizacionais, utilizadas por gestores do nível operacional para avaliar a eficácia das ações implementadas, não podendo ser utilizada junto do planejamento estratégico tradicional.
- e) O *Balanced Scorecard* pode ser utilizado tanto por organizações públicas quanto privadas, sendo que uma das principais alterações nas organizações públicas é a inserção de uma perspectiva referente à sociedade, ou ao cidadão, como indicador de resultado do modelo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Para acessar e gerenciar o histórico da área de transferência no Microsoft Windows 10 a qualquer momento, o usuário deve pressionar a tecla do logotipo do Windows+V.

(Fonte: MICROSOFT. Área de transferência Windows. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/windows/área-de-transferência-windows-c436501e-985d-1c8d-97ea-fe46ddf338c6#WindowsVersion=Windows_10, Acesso em 02 abr. 2024.)

17. Sobre o acesso e gerenciamento da área de transferência no Microsoft Windows 10 descrito no suporte, é possível afirmar que:

- a) O suporte da questão está correto e quanto ao gerenciamento da área de transferência, o usuário pode colar itens, mas não é possível fixar os mesmos.
- b) O suporte da questão está correto e, quanto ao gerenciamento da área de transferência, o usuário não pode compartilhar itens da área de transferência para outro dispositivo com o Microsoft Windows 10.
- c) O suporte da questão está parcialmente correto. É possível acessar a área de transferência, mas não é possível gerenciar a área de transferência.
- d) O suporte da questão está correto e, quanto ao gerenciamento da área de transferência, o usuário pode colar e fixar itens usados com frequência, escolhendo um item individual no menu da área de transferência.
- e) O suporte da questão está errado, pois não é possível acessar e nem gerenciar a área de transferência no Microsoft Windows 10.



“O PowerPoint é usado em apresentações, cujo objetivo é informar sobre um determinado tema, podendo usar: imagens, sons, textos e vídeos que podem ser animados de diferentes maneiras. O PowerPoint tem suporte a objetos OLE e inclui uma ferramenta especial de formatação de texto (WordArt), modelos de apresentação pré-definidos, galeria de objetos gráficos e uma gama de efeitos de animação e composição de slides.”

(Fonte: Wikipedia. Microsoft PowerPoint. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Microsoft_PowerPoint. Acesso em 19 mar. 2024)

18. Sobre os recursos do programa Microsoft PowerPoint 2019, avalie as seguintes afirmações:

- I. O usuário pode utilizar a ajuda de Inteligência Artificial, conhecida como Copiloto, para gerar conteúdo das apresentações automaticamente a partir de uma descrição textual da mesma.
- II. O usuário pode gravar sua apresentação do PowerPoint, ou um único slide, e capturar a voz, gestos de tinta.
- III. O usuário pode criar uma apresentação de autoexecução para execução autônoma em um estande ou quiosque de uma feira de negócios ou convenção ou salvá-la como um vídeo e enviá-la a um cliente.
- IV. O usuário pode criar slides bem projetados e impactantes com a ajuda gratuita da geração automática de slides com o Designer do PowerPoint.

Assinale a alternativa que contenha apenas as alternativas **CORRETAS**.

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

“O DVD deixou de ser utilizado pela maioria das pessoas há muitos anos. Dentre as principais razões para isto estão o espaço de armazenamento limitado e o crescimento do streaming, mas este problema parece ter sido resolvido por cientistas da Universidade de Ciência e Tecnologia de Xangai, que criaram um disco com capacidade de até 200 Terabytes.”

(Fonte: TUDOCELULAR. O retorno do DVD? Cientistas criam disco com 200 terabytes de capacidade. 23 fev. 2024. <https://www.tudocelular.com/tech/noticias/n218207/dvd-disco-optico-capacidade-de-200-terabytes.html>. Acesso em 18 mar. 2024)

19. Para efeito de comparação, os discos DVD comumente utilizados tinham a capacidade de 4,6 Gigabytes. Considerando o padrão de notação decimal, onde 1 Kilobyte é igual a 1000 bytes, assinale a alternativa **CORRETA** que indica diferença de capacidade entre o DVD comum e o novo disco criado pelos pesquisadores chineses:

- a) 199995,4 GB
- b) 204795,4 GB
- c) 19995,4 GB
- d) 24795,4 GB
- e) 2004795,4 GB



	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Mês	Dias		Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
2	Janeiro	31		Dias	31	29	31	30
3	Fevereiro	29						
4	Março	31						

Figura 1. Exemplo de transposição de tabela no Microsoft Excel 2019.

20. A mudança de orientação na tabela exibida na Figura acima é conhecida como transposição. Sobre a transposição de tabelas no Microsoft Excel 2019, avalie as seguintes afirmações:

- É possível fazer a transposição de uma matriz de dados copiando o intervalo contínuo desejado; selecionando a célula inicial do destino do intervalo transposto; com o auxílio do menu aberto ao clicar com o botão direito do mouse; usar a função de “Colar Especial”, indicando a opção de transposição.
- É possível fazer a transposição de uma matriz de dados, copiando o intervalo contínuo desejado; selecionando a célula inicial de destino do intervalo transposto; com o auxílio do menu “Editar”; usar a função de “Colar Especial”; selecionar na janela aberta, a opção de transposição; e, por fim, clicar OK.
- É possível fazer a transposição de uma matriz de dados copiando o intervalo contínuo desejado; selecionando a célula inicial de destino do intervalo transposto; com o auxílio do menu “Inserir”; usar a função de “Tabela transposta”; selecionar na janela aberta, a opção de transposição; e, por fim, clicar OK.
- É possível fazer a transposição de uma matriz de dados copiando o intervalo contínuo desejado; selecionando a célula inicial do destino do intervalo transposto; com o auxílio do menu aberto ao clicar com o botão esquerdo do mouse; usar a função de “Colar Especial”, indicando a opção de transposição.

Assinale a alternativa que contenha apenas as alternativas **CORRETAS**.

- I e II.
- II e III.
- III e IV.
- I e III.
- II e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

21. “A Constituição de 1988 confiou ao Poder Judiciário a função de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Para isso, tem autonomia administrativa e financeira garantidas pela Constituição Federal.”

Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/PoderJudiciario/PoderJudiciario/OrgaosDaJustica>. Acesso em: 02/04/2024.

Sobre o Poder Judiciário, analise e assinale a alternativa **CORRETA**.

- É permitido aos juízes receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- A vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo da perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.



- c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- d) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria qualificada de 2/3 do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- e) Por ser uma atividade de dedicação exclusiva, aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função.

22. A Advocacia-Geral da União (AGU) tem por função basilar, declarada constitucionalmente, representar a União, judicial e extrajudicialmente, bem como exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Nas alternativas que seguem, assinale a única alternativa **INCORRETA**, sobre a Advocacia Geral da União.

- a) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da vitaliciedade.
- b) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- d) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- e) A Constituição estabeleceu a AGU como órgão de defesa judicial e extrajudicial da União, e os membros integrantes das carreiras que a integram gozam da prerrogativa constitucional da estabilidade.

23. O Ministério Público recebeu do constituinte de 1988 um tratamento singular no contexto do constitucionalismo brasileiro, reconhecendo uma importância inédita. Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de dois anos, não admitido recondução.
- b) De acordo com a Constituição Federal está entre as funções institucionais do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.
- d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- e) A Constituição Federal aponta que são garantias dos membros do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional e seus integrantes deverão sempre residir na comarca da respectiva lotação.



24. Os direitos políticos são as prerrogativas ligadas à cidadania, no sentido de permitirem a escolha das decisões que serão tomadas pelos órgãos governamentais, representando a soberania popular. Sobre os direitos políticos, previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A soberania popular será exercida, nos termos de lei complementar, através do plebiscito ou do referendo.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.
- c) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por metade dos Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- d) O naturalizado cidadão brasileiro poderá ocupar o cargo de deputado federal, mas não poderá ocupar o cargo de senador federal, pois é vedado pela constituição federal que um naturalizado possa ser senador da República.
- e) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

25. “Brasil em Constituição”: os artigos da Carta de 88 que garantem direitos e liberdades individuais. A série especial do Jornal Nacional se aprofunda em determinados artigos da lei maior do país. A Constituição de 88 tem coração. Ele é o artigo 5º, que começa dizendo: **"Todos são iguais perante a lei"**. Por dois motivos, os juristas comparam esse artigo a um dos principais órgãos do corpo humano: primeiro porque ele é considerado o centro de toda a Constituição e também porque protege, acima de tudo, o ser humano.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/2022/09/06/brasil-em-constituicao-os-artigos-da-carta-de-88-que-garantem-direitos-e-liberdades-individuais.ghtml>. Acesso em 07/03/2024. Em conformidade com os termos da Constituição Federal de 1988.

No que se refere aos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A tutela da inviolabilidade do domicílio, decorrente da Constituição Federal, apenas admite o ingresso na casa de alguém mediante o seu consentimento ou em caso de flagrante delito ou, ainda, a qualquer hora, mediante prévia determinação judicial.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suspensas suas atividades por decisão judicial transitada em julgado.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) É assegurado somente a determinadas pessoas o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- e) A prática do racismo, que está prevista na Constituição, constitui crime inafiançável, sujeito à pena de detenção, nos termos da resolução que explica as condutas.

26. “O avanço que o Direito Constitucional apresenta hoje é resultado, em boa medida, da afirmação dos direitos fundamentais como núcleo da proteção da dignidade da pessoa e da visão de que a Constituição é o local adequado para positivizar as normas asseguradoras dessas pretensões.”

(MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2019).

Avalie as seguintes afirmações:

- I. A Constituição Federal de 1988 veda de maneira tácita a existência da pena de morte (salvo em caso de guerra declarada), além de vedar as penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, infamantes, de banimento e cruéis.



- II. Pode-se incluir o direito à liberdade de expressão intelectual, o direito ao devido processo legal e o direito de greve como direitos individuais.
- III. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- IV. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmações **CORRETAS**.

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

27. A Constituição Federal atua como fundamento de validade das ordens jurídicas parciais e centrais. Ela confere unidade à ordem jurídica do Estado Federal, com o propósito de traçar um compromisso entre as aspirações de cada região e os interesses comuns às esferas locais em conjunto. O Estado federal brasileiro é constituído pelas esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A respeito da organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- b) É competência comum da União e dos Estados explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais.
- c) É de competência privativa da União promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- d) Os Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Municípios ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- e) É assegurada, nos termos da lei, somente à União e aos Municípios, a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

28. “A tripartição dos Poderes no sistema jurídico pátrio é, hodiernamente, consagrada por normatividade constitucional.”

(MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. Bahia: JusPodivm, 2021.)

No quadro de divisão de funções entre os Poderes da República, tocam ao Legislativo as tarefas precípua de legislar e de fiscalizar. Sobre o funcionamento do poder legislativo, segundo o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cada legislatura terá a duração de oito anos.
- b) Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, e cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 Senadores, com mandato de oito anos.



- c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal eleger os membros do Conselho da República.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

29. Sobre as espécies de penas e seus regimes, de acordo com o que prevê expressamente o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise os itens e responda **CORRETAMENTE**.

- I. Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- II. Considera-se regime semiaberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- III. Considera-se regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.
- IV. O condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.
- V. O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
- VI. O condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

Analisando os itens acima, está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) II, III, IV, V e VI.
- d) I, IV, V e VI.
- e) I, II, III, IV, V e VI.

30. Quanto aos crimes contra a vida e periclitção da vida ou da saúde, com base no Código Penal Brasileiro e suas disposições, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) No delito de Homicídio, há caso de redução de pena, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b) É considerado qualificado o Homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos.
- c) A pena do crime de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é aumentada até o dobro, se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.
- d) No crime de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, aplica-se a pena em dobro, se o autor é líder, coordenador ou administrador de grupo, de comunidade ou de rede virtual, ou por estes é responsável.
- e) É considerado crime de perigo de contágio de moléstia grave: expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado.



31. Sobre os crimes contra o patrimônio e os previstos nas Leis 14.811/24 e 14.132/21 e o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise os itens abaixo e marque a alternativa **CORRETA**.

- I. Configura-se o crime de Intimidação sistemática (bullying): Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais.
- II. Configura-se o crime de Perseguição: Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.
- III. Configura-se o crime de Extorsão: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda.
- IV. Configura-se o crime de Receptação: Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.
- V. O crime de Furto de Coisa Comum somente se procede mediante representação.
- VI. João, por motivo egoístico, destruiu a caminhonete (que estava estacionada e sem ocupantes dentro do veículo) que Pedro acabara de comprar com os primeiros salários da Polícia Penal do Piauí; nesse caso hipotético, João responderá pelo crime de Dano Qualificado.

Analisando os itens acima, está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) II e V.
- b) II, IV, V e VI.
- c) I, III, IV, V e VI.
- d) I, II, IV, V e VI.
- e) II, III e IV.

32. Sobre os crimes contra a administração pública, de acordo com o que prevê o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise os itens abaixo e marque a alternativa **CORRETA**.

- I. João, Policial Penal do Piauí, patrocinou diretamente interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário. Nesse caso, considerando apenas as informações citadas, João cometeu o crime de Peculato.
- II. Maria Cecília, solicitou, no exercício do cargo de Policial Penal do Piauí, vantagem indevida a Joaquina para permitir a entrada de um objeto não permitido no estabelecimento penal. Nesse caso, considerando apenas as informações citadas, Maria Cecília cometeu o crime de Corrupção ativa.
- III. Pedro Dias, Policial Penal do Piauí, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Nesse caso, considerando apenas as informações citadas, ele comete o crime de Prevaricação.
- IV. João (conhecido como Zé do Furto), opõe-se à execução de ato legal emanada por policiais militares, momento em que, para não ser preso, João desferiu um soco no rosto de um particular que prestava auxílio aos policiais. Nesse caso, João não responderá pelo crime de Resistência, visto que a violência se deu contra um particular que auxiliava o policial, e não contra o agente público.
- V. Configura-se como crime de Denúnciação Caluniosa: Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.

Analisando os itens acima, está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) I, II, III e V.
- b) II e III.
- c) I, IV e V.
- d) III.
- e) III e V.



- 33.** Quanto aos elementos do crime, especialmente ao fato típico, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Pedro, Bombeiro Militar, vê Antônio, seu desafeto, se afogando no rio. Populares pedem que ele o salve, porém, Pedro, propositalmente não o faz, com o intuito de matá-lo. Antônio efetivamente vem a falecer. Neste caso, Pedro cometeu que crime?

- a) Homicídio culposo.
- b) Homicídio doloso, por omissão própria.
- c) Não houve crime.
- d) Homicídio doloso, na modalidade comissiva por omissão.
- e) Homicídio doloso, por dolo eventual.

- 34.** Sobre o tema da ilicitude e de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

José, por engano, pega a mala na esteira do aeroporto, levando-a para casa. Após descobrir que a mala que havia pego não era a sua, volta para o aeroporto e a devolve. Considerando que José é professor de Direito Penal na Universidade Estadual do Piauí, ele cometeu crime?

- a) Sim, furto culposo.
- b) Não, em virtude de erro de tipo.
- c) Não, em virtude de erro de proibição.
- d) Não, em virtude de erro na execução.
- e) Não, em virtude de causa excludente da punibilidade.

- 35.** Quanto à teoria do crime, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Sobre a parte geral do Código Penal Brasileiro, pode-se dizer que:

- a) Subsiste o instituto da tentativa em caso de desistência voluntária, respondendo o agente não somente pelos atos até então praticados.
- b) O arrependimento eficaz aplica-se somente aos crimes sem violência ou grave ameaça.
- c) Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.
- d) Pune-se a tentativa, com redução da metade, quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- e) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Há isenção de pena, quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

- 36.** Quanto ao concurso de pessoas, de acordo com o Código Penal Brasileiro e suas disposições, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.

Arthur combina com José de furtar uma residência. José ficaria no carro esperando, enquanto Arthur arrombaria a casa. Porém, Arthur, ao ingressar na casa, encontra uma mulher e a estupra, fugindo depois com seus pertences. José responderá pelo crime de:

- a) Furto e estupro em concurso material.
- b) Furto e estupro, como autor de furto e partícipe de estupro.
- c) Furto simples.
- d) Furto simples e associação criminosa.
- e) Furto qualificado.



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 37.** O Controle da Administração é “o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de poder” (CARVALHO FILHO, José dos Santos, 2008, p. 836). No tocante ao controle da administração pública no Brasil, considere o sistema de controle interno e externo. O sistema de controle interno envolve a fiscalização exercida no âmbito de cada entidade pública, enquanto o controle externo é realizado por órgãos independentes. Sobre o controle externo, leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o órgão encarregado do controle externo da administração pública, zelando pela eficiência e probidade do Poder Judiciário em todas as esferas.
 - b) A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável por promover o controle externo da administração pública estadual, atuando na prevenção e combate à corrupção, além de fiscalizar a aplicação dos recursos federais nos estados.
 - c) O Controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
 - d) O Supremo Tribunal Federal (STF) é o principal órgão responsável pelo controle externo da administração pública federal, atuando na fiscalização dos recursos públicos e na garantia da observância da Constituição.
 - e) O controle externo é exercido apenas pelo Ministério Público Federal, que tem a prerrogativa de fiscalizar a legalidade dos atos administrativos.
- 38.** Mário é um cidadão que foi convocado para ser presidente de uma seção eleitoral, onde terá várias atribuições, como manter a ordem no recinto e até dispor da força pública quando necessário, durante o período das eleições. Nesse caso, leia as assertivas abaixo e verifique a **CORRETA**.
- a) Mário é um empregado público, ele tem uma relação funcional trabalhista, ressaltando que ele tem função, mas não ocupa um cargo.
 - b) Mário, nesse caso, é um particular em colaboração com a Administração Pública.
 - c) Mário torna-se um agente político, visto que participa do processo para a escolha de pessoas que integram o arcabouço constitucional do Estado.
 - d) Mário será remunerado por meio de subsídio pelo trabalho relevante prestado à Administração Pública.
 - e) Mário ocupa uma função de confiança, que se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 39.** A licitação é um procedimento obrigatório que antecede à celebração de contratos pela Administração Pública. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nas alternativas abaixo, assinale a assertiva **CORRETA** sobre os objetivos do processo licitatório:
- a) Assegurar tratamento diferenciado entre os licitantes, bem como propiciar a justa concorrência.
 - b) Acatar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, desde que seja por um serviço de excelente qualidade.



- c) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- d) Escolher uma proposta que não seja vantajosa para a Administração Pública, desde que, nesse caso, esclareça e justifique os motivos.
- e) Operacionalizar instrumentos normativos que limitem a contratação de estrangeiros, para sempre privilegiar empresas nacionais na busca de garantir desenvolvimento do patrimônio nacional.

40. O Banco do Brasil é uma empresa com mais de 200 anos de existência e atuou como autoridade monetária até a criação do Banco Central do Brasil, em 1964. Consiste em holding de economia mista com participação majoritária da União, tendo o restante das ações divididas da seguinte forma: 28% com proprietários privados domésticos, 21% com estrangeiros e 0,5% em tesouraria. A CEF (1861) é uma empresa pública presente em quase todo o país. São 4,2 mil pontos de atendimento, entre agências e postos. Tal qual o Banco do Brasil, sua atuação é diversificada, mas é amplamente reconhecida por suas linhas de crédito direcionadas ao financiamento habitacional e ao financiamento de investimentos em saneamento básico.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec253Estatais.pdf>. Acesso em 05/03/24.

Sobre as empresas públicas e as sociedades de economia mista, é **CORRETO** afirmar que:

- a) São traços de distinção entre empresa pública e sociedade de economia mista o foro processual, a forma jurídica e a composição do capital.
- b) As sociedades de economia mista são constituídas por capital exclusivamente público, mas administradas conjuntamente pela administração e administrado.
- c) É considerada diferença entre sociedade de economia mista e a empresa pública, o desempenho de atividade econômica.
- d) A sociedade de economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado criada por autorização legislativa, com capital formado por recursos de pessoas de direito público interno ou de pessoas de suas administrações indiretas, para realizar atividades econômicas ou serviços públicos de interesse da administração instituidora, nos moldes da iniciativa privada.
- e) A empresa pública e a sociedade de economia mista são empresas estatais que têm suas demandas julgadas na justiça federal, porque se sujeitam a regime jurídico de direito privado.

41. Os poderes conferidos à administração pública são instrumentos colocados a sua disposição para a preservação dos interesses da coletividade. O exercício desses poderes deve, ademais, observância aos limites da lei, já que exercidos por mandatários, isto é, por pessoas que atuam em nome de terceiros – a coletividade. Devem, assim, ser utilizados única e exclusivamente para a consecução da finalidade que o agente público deve cumprir, sem nenhuma espécie de excesso ou desvio. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Poder de polícia da Administração Pública tem função meramente repressiva.
- b) O Poder regulamentar é o poder que se refere ao controle estatal dos interesses e das atividades dos particulares, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, em razão do interesse público.
- c) Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera de decisão um ato da competência de agente a ele subordinado.
- d) O Poder de polícia da Administração Pública visa solucionar a tensão entre liberdade individual e defesa do interesse público.
- e) No âmbito do Poder disciplinar, a Administração Pública possui discricionariedade para decidir se apurará, ou não, infração funcional cometida por servidor.



42. Segundo o autor Marçal Justen Filho (2022), os atos administrativos são aqueles praticados no exercício da função administrativa, no exercício do direito público, e ensejando a manifestação de vontade do Estado. Sobre os atos administrativos, analise as alternativas e assinale a **CORRETA**.
- a) Até que se prove o contrário, a imperatividade implica a presunção de que os atos administrativos são verdadeiros e estão conforme o direito.
 - b) A discricionariedade no ato administrativo autoriza que o gestor possa tomar decisões conforme seus critérios, segundo a sua consciência e que possa fazer a correta justiça.
 - c) Quando o agente público se utiliza de um determinado ato para realizar uma satisfação alheia à natureza desse ato, ele comete o desvio de poder.
 - d) A licença é uma modalidade de ato administrativo vinculado pelo qual a administração pública faculta ao particular a execução de serviço público ou utilização privativa de bem público.
 - e) É vedado o controle da legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

43. De acordo expressamente com o que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que se refere à Jurisdição e Competência, marque a alternativa **INCORRETA**.
- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
 - b) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
 - c) A precedência da distribuição fixará a competência, quando, na circunscrição judiciária, houver um único juiz competente.
 - d) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
 - e) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
44. De acordo expressamente com o Código de Processo Penal Brasileiro, no que se refere ao *Habeas Corpus* e seu processo, marque a alternativa **CORRETA**.
- a) Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, aplicando-se nos casos de punição disciplinar.
 - b) A concessão do *habeas corpus* não obstará, nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
 - c) Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
 - d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de *habeas corpus*, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação. Neste caso, será remetida à autoridade policial cópia das peças necessárias para ser promovida a responsabilidade da autoridade.
 - e) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, somente em seu favor, bem como pelo Ministério Público.



- 45.** Com base expressamente no que prevê o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao instituto da Prova, marque a alternativa **INCORRETA**.
- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
 - b) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
 - c) Vestígio é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.
 - d) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
 - e) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior, preferencialmente, na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- 46.** Com base expressamente no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao Inquérito Policial, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.
- a) O inquérito poderá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em solto, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 10 dias, quando estiver preso em flagrante, mediante fiança ou sem ela.
 - b) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
 - c) O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
 - d) O inquérito poderá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
 - e) O inquérito poderá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, naquela hipótese, a partir do dia em que se determinar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- 47.** Com base expressamente no que dispõe o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao instituto da Ação Penal, analise a questão e marque a alternativa **CORRETA**.
- a) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e a autoridade policial velará pela sua indivisibilidade.
 - b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
 - c) A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes especiais. A renúncia do representante legal do menor que houver completado 18 (dezoito) anos privará este do direito de queixa.
 - d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo, inclusive, efeito em relação ao que o recusar.
 - e) Se o querelante for menor de 24 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal, mas o perdão concedido por um, havendo oposição do outro, não produzirá efeito.



- 48.** De acordo expressamente com o Código de Processo Penal Brasileiro, no que diz respeito ao Inquérito Policial, analise a questão e marque a alternativa **INCORRETA**.
- a) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
 - b) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
 - c) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
 - d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
 - e) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pelo Ministério Público, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

- 49.** Qual das afirmativas abaixo encontra-se entre os direitos e garantias fundamentais, segundo a Constituição Federal, de 1988?
- a) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.
 - b) A manifestação do pensamento é livre, sendo protegido o anonimato.
 - c) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, observada a censura e, em alguns casos, a licença.
 - d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive, a de caráter paramilitar.
 - e) As associações poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independente, do trânsito em julgado.
- 50.** A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento do mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas, são regras mínimas para o tratamento de reclusos nos estabelecimentos prisionais:
- a) Não deve haver nenhuma discriminação em razão da raça, cor, sexo, língua, opinião política ou outra, origem nacional ou social, patrimônio, nascimento ou outra condição. É necessário que o recluso respeite as crenças religiosas do país no qual esteja cumprindo pena.
 - b) Todos os reclusos devem ser tratados com o respeito inerente ao valor e dignidade do ser humano. Os que forem submetidos à tortura ou outras penas e até mesmo a tratamentos cruéis, em razão do crime cometido, devem ser a exceção.
 - c) As administrações prisionais e demais autoridades competentes devem proporcionar educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e de saúde. Estes programas, atividades e serviços devem ser obrigatórios de acordo com as necessidades individuais de tratamento dos reclusos.
 - d) O regime prisional deve procurar maximizar as diferenças entre a vida durante a detenção e aquela em liberdade que tendem a reduzir a responsabilidade dos reclusos ou o respeito à sua dignidade como seres humanos.
 - e) Não apenas a segurança dos reclusos, como também do pessoal do sistema prisional, dos prestadores de serviço e dos visitantes deve ser sempre assegurada.



51. De acordo com a Lei de Execução Penal, incumbe ao Conselho da Comunidade:

- a) Entrevistar presos.
- b) Apresentar relatórios anualmente ao juiz da execução e ao conselho penitenciário.
- c) Diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência à família do preso.
- d) Visitar, pelo menos anualmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.
- e) Inspecionar os estabelecimentos e serviços penais.

52. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é subordinado ao Ministério da Justiça e dentre os seus membros devem constar professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social. No âmbito de suas atividades, seja federal ou estadual, incumbe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária:

- a) Zelar pela herança e segurança do preso.
- b) Estimular e promover a pesquisa criminológica.
- c) Declarar extinta a punibilidade.
- d) Estabelecer o local de sua sede, no território brasileiro.
- e) Instaurar incidentes de excesso de execução.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

53. A decisão que defere a interceptação telefônica, bem como as suas prorrogações, deve conter, obrigatoriamente, com base em elementos do caso concreto, a indicação dos requisitos legais de justa causa e da imprescindibilidade da medida para a obtenção da prova. É perfeitamente cabível a interceptação de comunicações telefônicas para que seja obtida prova em investigação criminal e, também, na instrução processual penal. É **CORRETO** afirmar ainda que:

- a) A interceptação de comunicações telefônicas dependerá de ordem do juiz competente da ação principal e sob sigilo de justiça.
- b) É admitida a interceptação de comunicações telefônicas, quando o fato investigado constituir infração penal cuja pena é pecuniária.
- c) A interceptação das comunicações poderá ser determinada pelo juiz a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, na investigação criminal, não podendo ocorrer de ofício pelo juiz.
- d) O pedido de interceptação de comunicação telefônica somente poderá ser admitido, se for expresso, nunca de forma verbal.
- e) O juiz terá um prazo de, no máximo cinco dias, para decidir acerca do pedido de interceptação de comunicação telefônica.

54. A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, é destinada a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. De acordo com o referido Estatuto, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Considera-se desigualdade racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- b) Considera-se discriminação racial ou étnico-racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.



- c) Considera-se desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e mulheres brancas.
- d) Considera-se população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.
- e) Consideram-se políticas públicas: os programas e medidas especiais adotados pelo estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

55. A Lei de Execução Penal tem por finalidade efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Tendo como base a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A assistência à saúde do preso e do internado será tão somente de caráter curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- b) Todos os presos e internados, independente de possuírem ou não recursos financeiros, têm direito à assistência jurídica, pois é dever do Estado.
- c) A execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas são facultados ao condenado, não se constituindo em deveres que devem cumprir.
- d) É dever do condenado indenizar à vítima ou seus sucessores.
- e) O preso possui direito à visita do cônjuge ou da companheira, sem que haja qualquer restrição pelo diretor do estabelecimento.

56. Os crimes de abuso de autoridade são aqueles cometidos por agente público, seja servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abusa do poder que lhe foi atribuído. A Lei 13.869, de 05 de setembro de 2019, tipifica os crimes de abuso de autoridade, especificando as suas respectivas penas. Dentre as alternativas abaixo, **NÃO** é considerado crime de abuso de autoridade:

- a) Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública.
- b) Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
- c) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo, se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.
- d) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa.
- e) Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

57. São formas de provimento de cargo público, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, **EXCETO**

- a) Nomeação.
- b) Promoção.
- c) Posse.
- d) Readaptação.
- e) Aproveitamento.



58. Conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, é **CORRETO** afirmar que estão dentre os requisitos básicos para investidura em cargo público:
- Encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos, bem como achar-se quite com as obrigações, militares, trabalhistas e eleitorais.
 - Possuir nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, idade mínima de dezoito anos.
 - Ter idade mínima de dezoito anos, ou, se relativamente incapaz, isto é, se for maior que dezesseis e maior que dezoito, ser assistido por seus representantes legais, ou então demonstrar que já trabalha e com os frutos do seu trabalho, se mantém.
 - Término, pelo menos, do ensino médio, seja pela forma tradicional, cursando todos os anos dos ensinos fundamental e médio, seja pela nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).
 - Encontrar-se quite com as obrigações militares, trabalhistas e eleitorais, além de outros requisitos que podem justificar a exigência, de acordo com a natureza e complexidade do cargo.
59. Conforme a Constituição do estado do Piauí, no capítulo que dispõe sobre a segurança pública, “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, da segurança dos estabelecimentos penais em geral, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos órgãos da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.” De acordo com a Constituição do estado do Piauí, a quem os referidos órgãos estão subordinados?
- Delegado Geral.
 - Governador do Estado.
 - Comandante Militar.
 - Secretário do Estado.
 - Secretário de Segurança Pública.
60. O servidor público do estado do Piauí poderá requerer um período de afastamento. Em relação à concessão de licenças que podem ser concedidas ao servidor público do estado do Piauí, é **CORRETO** afirmar:
- Deverá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - O servidor terá direito à licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo efetivo até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, como se em efetivo exercício estivesse.
 - Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, que poderão ser acumuladas até o máximo de dois períodos, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração
 - Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia oficial, sem prejuízo da remuneração a que o servidor fizer *jus*.
 - Ao servidor ocupante de cargo em comissão ou em estágio probatório serão concedidas todas as licenças a que têm direito os demais servidores.



PROVA ESCRITA DISSERTATIVA

TEXTO I

Mãe de filhos de namorado de Suzane von Richthofen pede guarda dos filhos

Será que pode haver alteração de guarda baseado apenas neste fundamento?

A médica Sílvia Constantino Franco, de 44 anos, mãe de três crianças do atual namorado de Suzane Richthofen, disse no programa **Encontro, da TV Globo**, nesta quarta-feira (27), que não consegue mais falar com as filhas.

Ela pediu a guarda das meninas na Justiça. Isso porque elas moram com o pai na cidade de Bragança Paulista.

"Não tenho confiança em deixar [minhas filhas] lá em Bragança. [Quero] preservar o anonimato das minhas filhas. Depois da integridade física delas, o anonimato é fundamental", disse.

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mae-de-filhos-de-namorado-de-suzane-von-richthofen-pede-guarda-dos-filhos/2129690510>

TEXTO II

Caso Nardoni: Mãe de Isabella se diz 'indignada' por vida de Anna Jatobá fora das grades

Anna Carolina Jatobá está há oito meses em liberdade, e conseguiu autorizações de Justiça para participar de eventos noturnos e viajar.

[...]

Indignação. É como descreve Ana Carolina Oliveira, mãe de Isabella Nardoni, ao falar sobre a vida de Anna Carolina Jatobá fora das grades. Condenada a pouco mais de 26 anos pelo homicídio da enteada, ela está há oito meses fora das grades e já pode participar de eventos noturnos e viagens.

Fonte: https://www.terra.com.br/noticias/justica/caso-nardoni-mae-de-isabella-se-diz-indignada-por-vida-de-anna-jatoba-fora-dasgrades,c397f38da7d15ba5250611ccdfc3eabc2xmgduop.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 25 mar. 2024.



TEXTO III

[...]

“O sentido da palavra ressocialização no Direito Penal é voltado para reeducação social do apenado após o cumprimento da pena e também durante o cumprimento, envolvendo ações que objetivam sua readaptação na sociedade, auxiliando nos aspectos, educacionais, profissionais e psicossociais, visando à inibição de condutas que o façam reincidente.

[...]

Segundo Mirabete (2007), a execução penal é apenas um meio indispensável para reintegração social, mas nem por isso tem um maior alcance no processo de ressocialização, pois a melhor defesa da sociedade é assegurada pela política social do Estado e também pela ajuda pessoal.”

[...]

BEZERRA, Liz Gabrielle de Araújo; VIEIRA, Thalyta Martins. A Ressocialização do Egresso e a (In) Efetivação da Lei de Execução Penal. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-ressocializacao-do-egresso-e-a-in-efetivacao-da-lei-de-execucao-penal/2124941406>. Acesso em: 25 mar. 2024.

TEXTO IV

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

[...]

Artigo 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 mar. 2024.

- **Construa um texto dissertativo-argumentativo em prosa, com extensão de, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas, expondo seu ponto de vista sobre as condições de reinserção na vida social de egressos do sistema penal, no Brasil.**